



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### 1) INTRODUÇÃO E OBJETO DO ETP

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, atendendo ao Art. 18, inciso I c/c §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, retrata o documento que caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objeto principal deste ETP é estudar a viabilidade técnica e razoabilidade da contratação pública de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ensaios em laboratórios necessários a contratação de empresa para a elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e execução da obra de construção do **Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES**, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2) BASE LEGAL

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Art 2º, inciso VI; Art.18º, inciso I c/c §1º e Art. 6º, inciso XX, bem como demais requisitos Legais e Normativos que regem a matéria.
- b) Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso XXI
- c) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- d) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- e) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- f) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a



criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

**3) UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**

Secretaria Municipal de Saúde

**4) UNIDADE ADMINISTRATIVA REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Saúde

**5) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP**

Servidores integrantes da área solicitante e da área técnica da SEMOB.

**6) DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO**

Aracruz/ES, 11 de junho de 2025.

**7) DATA PREVISTA PARA IMPLANTAÇÃO**

Setembro/2025

**8) NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A  
RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.**

Em atendimento às demandas da Secretária de Saúde de Aracruz, entre outras ações de investimentos, é necessária a contratação de empresa para a elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares de engenharia e execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES.

Até o ano de 2024, o município de Aracruz, mesmo com uma população estimada em mais de 100 mil habitantes, dispunha apenas de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), ainda não habilitado pelo Ministério da Saúde. Essa limitação impõe sérios desafios à rede municipal de saúde mental, especialmente no tocante ao atendimento especializado voltado ao público infantojuvenil.

Observava-se, portanto, um importante vazio assistencial no campo da saúde mental de crianças e adolescentes. O crescimento contínuo do número de usuários dessa



faixa etária acompanhados pela rede municipal, com diagnósticos de transtornos mentais leves, moderados e graves, somado à crescente demanda por atendimento relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas por adolescentes, evidenciou a urgência da ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da implantação de um CAPS Infantil (CAPSi) no território.

Esse cenário foi agravado significativamente pelos eventos trágicos ocorridos em novembro de 2022, quando o município foi palco de um atentado violento em duas escolas, resultando em óbitos de crianças, adolescentes e professores. Tal episódio de violência impactou profundamente a saúde mental da população, especialmente de estudantes, profissionais da educação, familiares e trabalhadores da saúde, gerando uma demanda extraordinária e contínua por acolhimento psicossocial especializado para o público infantojuvenil, com foco na superação dos traumas psíquicos vivenciados.

Diante desse contexto, o município estruturou uma proposta voltada à construção de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), com o objetivo de assegurar um cuidado integral, contínuo, multiprofissional e intersetorial à saúde mental de crianças e adolescentes, conforme estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, na Portaria GM/MS nº 336/2002, e nos princípios da RAPS.

O serviço atuará como principal dispositivo de cuidado para o público infantojuvenil em sofrimento psíquico intenso, decorrente de transtornos mentais severos e persistentes, inclusive aqueles associados ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, além de outras condições clínicas que comprometem a construção de vínculos sociais e o desenvolvimento de projetos de vida.

Além disso, o CAPS i exercerá papel estratégico como articulador da rede de atenção psicossocial, favorecendo o manejo compartilhado com a Atenção Primária à Saúde para casos de menor complexidade e articulando com os níveis secundário e terciário quando houver necessidade de atenção hospitalar ou serviços especializados de alta complexidade.

#### Implantação Emergencial e Adequações Estruturais



Ressalta-se que, em virtude da urgência assistencial e do monitoramento do Ministério Público Estadual, o município de Aracruz assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que determina a implantação e manutenção de um CAPSi no território. Diante disso, foi necessária a implantação emergencial do serviço em novembro de 2024, em imóvel locado, com recursos próprios municipais.

Contudo, o imóvel atualmente ocupado não atende integralmente às diretrizes físicas e assistenciais previstas nas normativas da Política Nacional de Saúde Mental, nem cumpre todos os requisitos sanitários definidos pelas Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDCs), apresentando limitações importantes no espaço físico para o pleno desenvolvimento das atividades terapêuticas e comunitárias.

Diante da necessidade de construir uma sede própria e definitiva, foi realizada uma análise técnica dos terrenos públicos disponíveis no município, considerando os critérios estabelecidos pelo edital de chamamento público do Novo PAC. A área escolhida para a implantação do novo CAPS Infantil foi o bairro São Marcos, localizado na região da Grande Guaxindiba, por apresentar as seguintes características:

- Alta densidade populacional, com expressiva presença de crianças e adolescentes;
- Facilidade de acesso por diversas linhas de transporte coletivo municipal, garantindo equidade no acesso ao serviço;
- Proximidade com escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e equipamentos de assistência social, favorecendo o trabalho em rede e a articulação intersetorial.

Tais características tornam a localidade de São Marcos tecnicamente adequada e socialmente estratégica para a instalação definitiva do CAPS Infantil, assegurando maior resolutividade no cuidado e melhor integração do serviço com os demais dispositivos da saúde e proteção social.

Diante da seleção da Proposta nº 10429.2530001/24-003, esta Administração, ao analisar os espaços físicos previstos no Projeto Referencial do Ministério da Saúde – MS para o CAPS infantojuvenil, datado de 2014, identificou as condições e propôs as adequações, conforme segue:



1. No projeto original, tem apenas 02 consultórios indiferenciados e as atuais equipes lotadas no CAPS infanto juvenil são, no total, 07 de categoria multiprofissional nível superior, bem como 03 médicos. Portanto, são 10 profissionais para revezar os consultórios, razão pela qual considerou-se importante adaptar os espaços disponíveis, a fim de aumentar o número de 02 consultórios indiferenciados para, no mínimo, 06 consultórios.
2. A adaptação de uma recepção no espaço de acolhimento, a fim de facilitar a comunicação dos pacientes que adentram no estabelecimento.
3. A cobertura da área interna, antes destinada ao jardim de convivência, justificando as dificuldades de manter uma área aberta em meio ao estabelecimento de saúde, desde as questões envolvendo manutenção predial, bem como para o melhor aproveitamento do espaço para uso de oficinas e convivência em área coberta.
4. A redução do espaço da cozinha e refeitórios, uma vez que no local não teremos manipulação de alimentos, tendo em vista que a alimentação, refeições e lanches são fornecidos por prestador de serviços já preparados.
5. Adequação do espaço físico às normas de acessibilidade.

Assim, foi elaborado anteprojeto contemplando as adequações elencadas acima, sendo esse, juntamente com os demais documentos técnicos, base para o processo de contratação.

Conclui-se que a necessidade de construção de um Centro de Atenção Psicossocial no Município de Aracruz/ES é fundamentada pela urgência em ampliar e qualificar a oferta de cuidados especializados em saúde mental, garantindo a universalidade, equidade e integralidade preconizadas pelo Sistema Único de Saúde. A implantação dessa unidade não apenas atenderá às demandas imediatas da população, mas também permitirá a construção de redes de apoio comunitário mais sólidas e a superação de estigmas relacionados à saúde mental. Esse investimento é indispensável para fortalecer a RAPS e assegurar o direito à saúde mental como um pilar essencial da dignidade humana.

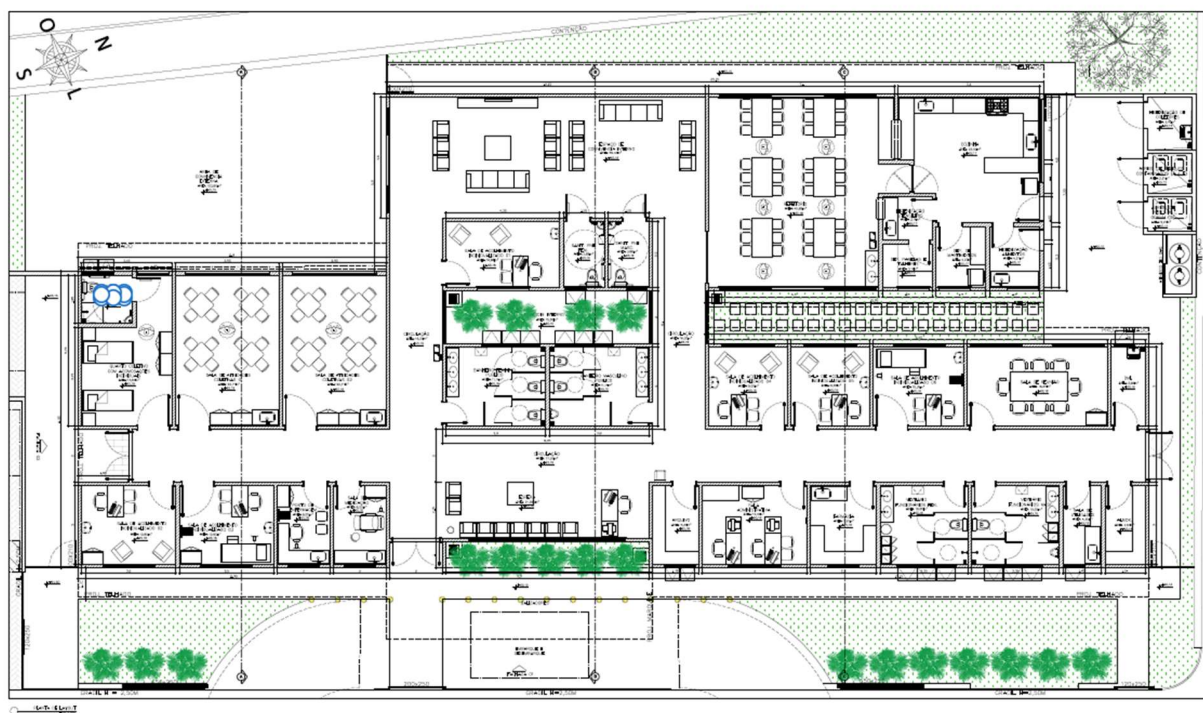




A tabela abaixo apresenta detalhes da caracterização da edificação.

QUADRO DE ÁREAS	
TERRENO	1608,86 M <sup>2</sup>
EDIFICAÇÃO	589,73 M <sup>2</sup>
GAS GLP	3,20 M <sup>2</sup>
ABRIGO DE RESÍDUOS	10,08 M <sup>2</sup>
ÁREA PERMEÁVEL	225,24 M <sup>2</sup>

Quadro de áreas – CAPSi



Implantação – CAPS i

Para atendimento de forma satisfatória às necessidades desta municipalidade, a contratação do objeto deste ETP será realizada na modalidade de contratação integrada, sendo essa a alternativa mais viável, considerando que as contratações para execução de obras públicas realizadas pelo Município de Aracruz vêm sofrendo com constantes argumentações por parte das empresas contratadas referentes à falta de mão-de-obra, o que vêm gerando atrasos no cumprimento dos prazos dos objetos



licitados e, conseqüentemente, acarretando diversos transtornos ao município, decorrentes desses, que causam prejuízos de ordem pecuniária e social.

Na contratação integrada, a partir de um anteprojeto e memorial descritivo, fornecidos pela Administração e que estabelecem todos os requisitos, objetivos e critérios da contratação, o Contratado elege os meios para otimizar a solução existente, tendo liberdade para inovar, internalizar novas metodologias ou tecnologias, otimizar as soluções previamente delineadas no anteprojeto, visando contornar o problema existente.

Desta forma, se objetiva com a contratação integrada são os meios para atingir o resultado previstos no anteprojeto, permitindo à Contratada adequar os meios (sistema construtivo, materiais, metodologia construtiva etc.) para atingir os objetivos.

#### **9) DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL.**

Conforme disposto no item 2.3 do Documento de Formalização da Demanda (DFD), elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, embora o Plano Anual de Contratações ainda não esteja finalizado, o presente instrumento integra a fase de planejamento estratégico das contratações e observará, assim como os atos subsequentes, as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se, ainda, que a natureza da despesa está devidamente prevista no Quadro de Detalhamento de Despesas da Lei Orçamentária Anual (LOA).

#### **10) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

A CONTRATADA deverá preencher todos os seguintes requisitos para a execução dos serviços relativos à elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e execução da obra de construção do **Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES.**

A Contratada deverá elaborar os projetos básicos e executivos com base no anteprojeto apresentado e obedecendo, rigorosamente, às diretrizes contidas no memorial descritivo e executar as obras conforme especificações contidas nesses documentos, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e adotando soluções que



atendam aos critérios de solidez, segurança e durabilidade neles contidas.

A Contratada obrigará-se a desenvolver os serviços da presente contratação sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

A empresa Contratada é responsável em inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021, devidamente comprovado perante a Contratante.

A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso do serviço.

Cabe à Contratada permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

A empresa CONTRATADA obriga-se a manter ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, durante toda a execução do contrato.

Deverá a Contratada obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável

A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

A Contratada arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

Obriga-se a Contratada a manter, durante toda a execução do Contrato, em





compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Manter responsável técnico preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciários, FGTS e fiscais.

Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e uniformizados.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

A Contratada deverá manter mão de obra especializada, supervisão técnica e administrativa, veículos, equipamentos e ferramentas, bem como de todo material necessário à execução dos serviços demandados, atendendo a prioridade definida na documentação técnica de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos de execução, com a qualidade determinada pela Contratante.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.



Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Justificar eventuais atrasos no cronograma de obra, bem como apresentar novo cronograma para que possa ser analisado e aprovado posteriormente pela Administração.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Cabe ainda à contratada atender aos procedimentos para Controle Ambiental na execução do contrato.

#### **11) ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO.**

Para definição das quantidades que embasaram a elaboração da estimativa do valor estimativo de referência definido para elaboração dos projetos e execução da obra foram realizados levantamentos de quantitativos de serviços para os itens definidos na etapa de anteprojeto e estimativas paramétricas para os demais, tendo como base outras licitações de implantação de CAPS i que também utilizaram como base o projeto referencial do Novo PAC, ponderadas com as especificidades da contratação em tela.

#### **12) LEVANTAMENTO DE MERCADO.**

Para atendimento de forma satisfatória as necessidades desta municipalidade, realizaremos a contratação do objeto deste ETP na forma de execução indireta, através da modalidade de contratação integrada, sendo essa a alternativa mais viável, considerando que a administração já possui o anteprojeto, memorial descritivo, levantamento topográfico, sondagem geotécnica e demais documentos necessários à formalização da contratação que contemplará a elaboração de projetos básicos e executivos e a execução da obra.



Ademais, antes mesmo da vigência da nova Lei de Licitações, a execução indireta sempre se mostrou, em regra, como sendo a melhor opção para administração pública. Com isso, esta solução é a mais apropriada para a execução do objeto em questão.

Insta frisar que a forma de execução direta se mostra inviável, tanto em função da ausência de profissionais para estarem em atividade diretamente na obra, bem como pela inexistência de equipamentos e materiais que os possibilitem atender a demanda de serviço.

A contratação de pessoal, aquisição de materiais e equipamento seria antieconômico, já que a manutenção de pessoal e equipamentos deveria acontecer mesmo em períodos sem que houvesse a realização de obras. Além disso, poderia ocorrer de eles não serem aproveitados em outras obras, seja por incompatibilidade técnica (em relação a pessoa do profissional), seja por não atender a finalidade de sua fabricação (equipamentos).

Isso representaria em novas aquisições pelo Município, o que configuraria um verdadeiro desperdício de recursos humanos e financeiros.

### **13) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

O valor estimativo de referência definido para elaboração dos projetos e execução da obra foi obtido a partir da elaboração de orçamento sintético, tendo sido realizados levantamentos de quantitativos de serviços para os itens definidos na etapa de anteprojeto e estimativas paramétricas para os demais, tendo como base licitações de objetos semelhantes. A estimativa dos valores dos serviços foi obtida a partir das bases referenciais de preços do SINAPI, LABOR, composições próprias de outros processos licitatórios realizados pela PMA, além de composições de outras bases referenciais de preços e de outras licitações de CAPS i que também utilizaram como base o projeto referencial do Novo PAC.

O orçamento é não sigiloso e o seu resumo está sendo apresentado para fins de balizamento da proposta de preços, considerando valores em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas, riscos, serviços preliminares e administração da obra, necessárias à plena elaboração e desenvolvimento dos projetos básicos e executivos e da execução das obras, conforme objeto da licitação.



**14) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

Para detalhamento da solução como um todo, citamos o anteprojeto e memorial descritivo, uma vez que através desses documentos estão caracterizadas todas as soluções que deverão ser empregadas, bem como orientação da sistemática construtiva a ser utilizada, sequências e especificações, visando apresentar as diretrizes para elaboração dos projetos básicos e executivos e execução da obra.

**15) JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.**

O **NÃO PARCELAMENTO** do objeto se justifica em razão de os serviços guardarem compatibilidade entre si, admitindo o julgamento com base em um mesmo critério e permitindo a execução por um mesmo fornecedor, restando assegurado o caráter competitivo do certame licitatório.

Licitatar o objeto em parcelas se revela técnica e economicamente inviáveis, haja vista que pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, sendo assim, todos os serviços que compõem o objeto deverão ser adjudicados a uma única empresa.

Vale ponderar que o objeto da contratação não pode ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado.

O agrupamento importa também em maior facilidade na gestão dos contratos e acompanhamento dos serviços técnicos posteriormente contratados.

Destarte, a obra projetada deverá ser executada na totalidade por empresa especializada na área de construção civil, não havendo possibilidade de divisão por lotes ou etapas construtivas distintas, dado a natureza da obra, complexidade e especificidade dos serviços, os quais possuem interdependência entre si.

**16) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.**

A construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPS i, no bairro São Marcos, Aracruz/ES permitirá que esse implemento público exerça papel estratégico como articulador da rede de atenção psicossocial, favorecendo o manejo compartilhado com a Atenção Primária à Saúde para casos de menor complexidade e articulando com os níveis secundário e terciário quando houver necessidade de atenção



hospitalar ou serviços especializados de alta complexidade.

A modalidade de contratação integrada

**17) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

**PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

Disponibilizar a área livre de qualquer impedimento e a dotação orçamentária/empe-  
nhos para cumprimento das obrigações financeiras assumidas.

**18) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.**

Não há necessidade de contratações interdependentes ao objeto ao qual se trata este  
ETP.

**19) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS**

**MEDIDAS MITIGADORAS.**

As especificações de controle de impactos ambiental estabelecem um conjunto de  
boas práticas de engenharia a serem adotadas na execução dos serviços e atividades  
de obra, e abrangem os meios físicos, solo, ar e água, biótico, flora e fauna e socioe-  
conômico, população de entorno e funcionários, visando a prevenção e redução dos  
impactos socioambientais negativos.

Dentre diversos outros, podemos citar como principais impactos os seguintes:

- 1- Geração de Resíduos de Construção Civil – RCC;
- 2- Supressão de árvores;
- 3- Movimentação de tráfego viário.

**19.1 GERAÇÃO DE RUÍDOS**

**Medidas de controle:**

- Evitar a operação de máquinas e equipamentos em horários de repouso, principal-  
mente em áreas habitadas;
- Realizar manutenção periódica de equipamentos e máquinas, de forma a minimizar  
ao máximo a emissão ruídos;
- Utilização de equipamento para estrita finalidade da execução do objeto contratado.



## **19.2 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS**

### **Medidas de Controle:**

- Realizar as manutenções periódicas das condições mecânicas das máquinas, equipamentos e veículos das obras, ou sempre que constatados níveis excessivos de fumaça preta;
- O controle do nível de poeira em suspensão nas frentes de obra em solo exposto e em caminhos de serviço sem pavimentar, deve ser realizado pela umectação do solo com caminhão pipa com a periodicidade necessária;
- Controle de velocidade dos veículos em áreas não pavimentadas.
- Os serviços de supressão somente serão iniciados por ocasião da emissão da Autorização específica de corte de árvores emitida pela Secretaria de Meio Ambiente do município de Aracruz, sendo a empresa a responsável pela solicitação desta autorização;
- A remoção da vegetação deverá ser executada mediante a utilização de equipamentos adequados, complementados com serviços manuais, necessitando, portanto, da implementação das medidas de segurança aos trabalhadores;
- O material lenhoso gerado pelo corte das árvores isoladas deverá ser estocado em pilhas ou leiras, em locais onde não representem riscos de acidentes com trabalhadores e terceiros. Esse material poderá ser doado mediante termo, reaproveitado na obra ou, em último caso, encaminhado a área devidamente licenciada e definida pela contratante. Em hipótese nenhuma se deve proceder à queima do material vegetal gerado nessas operações;
- Cuidados especiais devem ser previstos quanto a redes elétricas ou telefônicas e ao trânsito local;

## **19.3 RESÍDUOS SÓLIDOS**

Entre diversas atividades produtivas, o setor de construção civil é um dos que mais geram resíduos. Isso, muitas vezes, está relacionado à falta de processos adequados e aos materiais disponibilizados para cada serviço. Um melhor gerenciamento nesse quesito, além de representar um ganho para o meio ambiente, também gera economia





na execução dos serviços.

**Medidas de Controle:**

- Uma das maneiras para reduzir a geração dos resíduos é dar aos operários apenas a quantia necessária de recursos para o seu trabalho, contando com uma porcentagem de desperdício, que sempre existirá devido a quebras e imperfeições. Além disso, o uso de materiais reutilizáveis, como escoras metálicas em vez de um escoramento de madeira, por exemplo, é uma medida mitigadora para atenuar esses impactos ambientais gerados.

- Reduzir o uso de materiais com altos impactos ambientais causados pela construção civil.

- Reduzir os resíduos da construção com reciclagem e transformação de componentes para diminuir perdas e especificações que permitam a reutilização de materiais.

- O material gerado pelo Resíduo de Construção Civil poderá ser encaminhado à área devidamente licenciada no município ou de escolha da contratada desde que seja devidamente legalizada.

- As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza;

- Utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletivos- EPCs adequados ao risco da atividade desempenhada pelos trabalhadores;

- Aplicar medidas de segurança para atividades da operação com máquinas, veículos e equipamentos, tais como:

a) Não dirigir em velocidade excessiva;

b) Não conduzir caminhões basculantes com a caçamba levantada;

c) Equipar carros e caminhões com alertas sonoros de manobra;

d) Não permitir que pessoas viagem dentro da caçamba ou na parte externa de qualquer tipo de equipamento;

e) Inspecionar periodicamente o sistema de travamento das caçambas de modo





impedir acidentes decorrentes de uma provável abertura das mesmas;

f) Supor sempre que o operador de um equipamento não pode ver as pessoas ao redor ou nas proximidades da máquina;

g) Manter atenção constante ao fluxo de pessoas ao redor de máquinas em operação;

h) Somente os trabalhadores, em número estritamente indispensável para proceder ao corte, deverão permanecer dentro de um raio igual à altura da árvore

## **20) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.**

Assim, os estudos preliminares indicam que esta forma de contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos.

Diante do exposto, estes servidores afirmam ser viável a contratação da solução definida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Elaborado por:

**Ana Paula Baiôcco**  
Gerente de Fiscalização e Medições  
Decreto nº 48.394/2025



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3700360037003500380033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ANA PAULA BAIocco** em 11/06/2025 17:59

Checksum: **2FCBC97665DD1E2E76EA294D5502E9042BEF834B94DC31DF429DB1A0BC2F611A**

